



Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal Correio do Estado, do Mato Grosso do Sul

Publicada no dia 18 de março de 2008

Jornalista: Presidente Lula, existe a possibilidade de o senhor ampliar os investimentos do PAC em Mato Grosso do Sul? Na sua vinda anterior foram anunciados 345 milhões de reais para Campo Grande, Dourados e Corumbá.

Presidente: No ano passado, nós definimos os investimentos do PAC em todos os estados do Brasil. No Mato Grosso do Sul, já estamos executando uma parte deles como, por exemplo, a ponte na BR-158, sobre o Rio Paraná, ligando o estado a São Paulo. Hoje, vim dar ordem de serviço nas obras de saneamento do bairro Cristo Redentor, e de urbanização de favelas nos bairros Nova Corumbá e Guatós, em Corumbá, e nos bairros Jardim Clímax e Nascente do Água, em Dourados. Todos sabem que sem os 40 bilhões de reais da CPMF, teremos que fazer um enorme esforço para não comprometer os investimentos previstos no PAC. No entanto, eu acredito que como o Brasil está crescendo bastante, além de preservarmos esses investimentos, poderemos ter recursos adicionais para realizar ainda mais, porque o país precisa.

Jornalista: Presidente, o projeto de Reforma Tributária vai provocar, segundo o governador André Puccinelli (PMDB), perda de 1,2 bilhão de reais por ano para Mato Grosso do Sul. É muito dinheiro para um estado que tem um orçamento de 6 bilhões de reais. O que senhor pretende fazer para compensar essas prováveis perdas, já que somos um estado produtor de matéria-prima, e não um centro consumidor?



Presidente: Não há nada para o Mato Grosso do Sul temer com a Reforma Tributária, pois o projeto prevê a criação de um Fundo de Equalização de Receitas, destinado a compensar as eventuais perdas dos estados. Nas próximas semanas, a equipe do Ministério da Fazenda estará discutindo com representantes dos estados o formato desse fundo de compensações, de modo a dar tranqüilidade aos governadores de que seu estado não será prejudicado pela Reforma. Na verdade, a Reforma Tributária deverá gerar ganhos de arrecadação significativos para o conjunto dos estados, não apenas porque resultará em maior crescimento econômico, mas porque o fim da guerra fiscal levará a um forte aumento das receitas estaduais, um aumento estimado pelo Ministério da Fazenda entre 10 e 15 bilhões de reais. Nenhum estado será prejudicado, até porque a União está disposta a colocar recursos para viabilizar as compensações.

Jornalista: Como o estado tem base econômica – a agropecuária –, a Reforma Tributária pode promover a fuga de investidores em indústrias. Há também o risco de Mato Grosso do Sul perder grandes investimentos em usinas de álcool por causa do fim dos incentivos fiscais. O senhor teria uma solução para segurar esses investidores no Estado?

Presidente: Não acredito que a Reforma provocará a fuga de investidores. Os estados do Centro-Oeste apresentaram um desenvolvimento em boa medida, associado a essa sua base agropecuária, com um importante crescimento da sua agroindústria, ou seja, um desenvolvimento bastante associado às suas vocações. A guerra fiscal é que tem sido prejudicial para o ambiente de negócios no Brasil e para as relações federativas. Em alguns casos, inclusive, ela tem sido utilizada por outros estados para atrair agroindústrias que naturalmente se instalariam no Centro-Oeste. Além disso, a reforma tributária



contempla um aperfeiçoamento da Política de Desenvolvimento Regional, pois prevê uma ampliação significativa dos recursos da União aplicados no fomento ao desenvolvimento das regiões com menor desempenho econômico. Isso será feito por meio de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. Esses recursos poderão, inclusive, ser repassados aos Estados para que eles adotem as ações que entenderem pertinentes para o seu desenvolvimento, até mesmo mediante incentivos ao setor produtivo. Trata-se de uma forma de promover o desenvolvimento regional bem mais eficiente e que cria menos distorções do que a guerra fiscal.

Jornalista: Desde o começo do ano passado, o governo estadual tenta estadualizar a BR-163, a principal de MS, que corta o estado de sul (PR) a norte (MT), num total de 805 quilômetros. A pretensão é fazer caixa, pois para estadualizar a rodovia o governo federal repassaria verba aos estados, como ocorreu na administração passada. Qual a possibilidade de este acordo ser finalmente levado a termo, ainda mais sabendo que depois da estadualização a administração estadual pretende "privatizar" a rodovia, implantando pedágios a cada 80 ou 100 quilômetros?

Presidente: Essa hipótese não está em discussão. Inclusive porque a experiência passada foi um fracasso, pois os estados receberam o dinheiro e não fizeram a manutenção das rodovias. A BR-163 é uma rodovia estratégica, faz a ligação do Norte com o Centro-Oeste, passando por regiões de grande produção agrícola. É por isso que estamos fazendo investimentos da ordem de 2,4 bilhões de reais nela. E os estudos preliminares feitos pelos órgãos competentes indicam que o movimento atual da rodovia não justifica um processo de concessão com cobrança de tarifa.

Jornalista: A Petrobras chegou a anunciar que estudos estão andando para a



implantação de um alcoolduto, ligando Campo Grande (MS) ao porto de Paranaguá (PR), abrangendo regiões de grande produção de álcool também em São Paulo e no próprio Paraná. Ao que tudo indica, haverá produção suficiente neste trecho para viabilizar um duto. Em que pé está este projeto, e qual a disposição do Executivo federal para viabilizar a obra, a qual traria alívio incomparável às superlotadas rodovias de Mato Grosso do Sul? Ele pode fazer parte do PAC?

Presidente: Este projeto visa escoar a nova produção de etanol das regiões do Mato Grosso do Sul e Paraná para o mercado de exportação, através de um alcoolduto que vai percorrer cerca de 920 quilômetros de extensão desde Campo Grande até o Porto de Paranaguá, no Paraná. O projeto ainda está em fase de avaliação preliminar pela Petrobras, que tem que levar em conta sua viabilidade econômica e jurídica e seu impacto ambiental. Mas, havendo disponibilidade de produção e mercado internacional para ela, a Petrobras deverá investir. O governo federal acompanha o projeto com muito interesse, já que nós consideramos o alcoolduto um potencial indutor do desenvolvimento da economia local, estratégico para a liderança do Brasil no mercado internacional do etanol e ecologicamente correto, porque reduz a emissão de CO² causada hoje pelo transporte rodoviário. Além disso, vai desafogar o tráfego e gerar empregos para a região. Podem estar certos de que vamos continuar empenhados na melhoria das condições de vida do povo do Mato Grosso do Sul e de todo o Brasil.



Presidência da República
Secretaria de Imprensa

Entrevista do Presidente da República

(\$31DHKLP)